

Deputado Luizinho
Goebel solicita
viatura de resgate
para Bombeiros de
Colorado do Oeste

Ano XVII - Edição 949

Porto Velho - RO, 05 de fevereiro de 2026

2,00

PÁGINA 03

MPF quer repactuação de concessão e revisão do modelo de pedágio na BR-364

O MPF pede a reavaliação estrutural do contrato, com foco na legalidade, na proteção dos usuários e no interesse público, defendendo que a cobrança de pedágio esteja vinculada à efetiva entrega das obras previstas, como a duplicação da rodovia.

A ação também solicita a revisão das tarifas, a suspensão do modelo de cobrança free flow e a realização de estudos técnicos, audiências públicas e análise de impacto regulatório, diante de valores considerados incompatíveis com a realidade socioeconômica local, buscando corrigir de forma definitiva possíveis irregularidades no processo de concessão.



Ação busca garantir transparência no processo regulatório, revisão das tarifas e reparação aos usuários da rodovia em Rondônia.

PÁGINA 03

MPF aciona Unir na Justiça e pede indenização de R\$ 61 milhões por irregularidades nas cotas raciais



A universidade utilizou procedimentos como o fracionamento de vagas e realização de sorteios para limitar cotas apenas a determinadas vagas.

PÁGINA 04

É fake news que Assembleia Legislativa perdoa dívidas da Energisa



Projeto aprovado trata de regras gerais, não de perdão de dívida; entenda

PÁGINA 05

Redução do preço da gasolina não chega ao consumidor em Porto Velho



Mesmo com cortes sucessivos nos valores das distribuidoras, postos não repassam baixas para população.

PÁGINA 02

Empresa de cibersegurança alerta sobre golpe do free flow

A empresa de cibersegurança Kaspersky identificou uma nova fraude no mercado: o golpe do pedágio eletrônico (free flow). Mais de 50 domínios falsos já foram identificados desde meados de dezembro do ano passado.

De acordo com a empresa, o esquema visa a atrair motoristas por meio de sites que simulam a possibilidade de consulta e pagamento de débitos de pedágio. Sem perceber que são páginas falsas, o usuário acaba fazendo o pagamento para os criminosos.

Primeiramente, os motoristas procuram na internet o serviço de quitação de pedágio utilizando sites de busca ou clicando em anúncios patrocinados e publicações em redes sociais. Esses links, então, direcionam os condutores para domínios falsos, que simulam platafor-

mas de pagamento.

Primeiramente, os motoristas procuram na internet o serviço de quitação de pedágio utilizando sites de busca ou clicando em anúncios patrocinados e publicações em redes sociais. Esses links, então, direcionam os condutores para domínios falsos, que simulam plataformas de pagamento.

Após o pagamento via Pix, o valor é transferido para contas de “laranjas” abertas em fintechs. Nestes casos, diz a Kaspersky, o nome do recebedor muda com frequência para dificultar o rastreamento e o bloqueio dos valores.

“O padrão de usar contas de laranjas, que mudam a todo momento, mostra um nível de organização voltado para dificultar a ação da polícia. É crucial que



Mais de 50 domínios falsos já foram identificados desde meados de dezembro do ano passado.

os motoristas fiquem atentos, pois com a popularização do Free Flow, mais golpes podem aparecer, como aplicativos móveis falsos para pagamentos”, diz Fabio Assolini, diretor da Equipe Global de Pesquisa e Análise da Kaspersky para a América Latina e Europa.

Redução do preço da gasolina não chega ao consumidor em Porto Velho



Mesmo com cortes sucessivos nos valores das distribuidoras, postos não repassam baixas para população, levantando suspeitas sobre práticas na capital.

Apesar do anúncio de redução no preço da gasolina feito pela Petrobras, o alívio esperado ainda não chegou aos motoristas de Porto Velho. A estatal informou que diminuiu em cerca de 5,2% o valor do litro da gasolina A vendida às distribuidoras, uma queda de R\$ 0,14, fazendo o preço passar para R\$ 2,57 nas refinarias desde a última terça-feira (27/01).

Esse foi o primeiro corte de preços registrado em 2026 e integra a política de ajustes adotada pela empresa nos úl-

timos anos. No entanto, na capital rondoniense, o impacto prático da medida ainda é inexistente. Consumidores relatam que os preços nas bombas permanecem praticamente inalterados, sem reduções perceptíveis, o que tem provocado frustração e desconfiança.

De acordo com especialistas do setor, a diminuição anunciada pela Petrobras nem sempre é repassada de forma imediata ou integral ao consumidor final. Entre a refinaria e o posto, entram em cena custos de transporte, impostos e margens de lucro de distribuidoras e revendedores, fatores que frequentemente absorvem o espaço aberto pela redução no valor de origem do combustível.

Entidades de defesa do consumidor destacam que é comum os postos manterem os preços estáveis por períodos prolongados, mesmo após anúncios de

cortes nas refinarias, o que leva muitos motoristas a questionarem se as reduções realmente chegam à ponta da cadeia.

A situação é agravada pela ausência de regras que obriguem distribuidoras e postos a repassar automaticamente as reduções. Como o mercado de combustíveis é livre, cada estabelecimento define seus preços conforme seus custos e estratégias comerciais.

Diante desse cenário, cresce a percepção entre os consumidores de Porto Velho de que os benefícios anunciados pela Petrobras estão sendo retidos ao longo da cadeia de comercialização. Especialistas defendem que apenas com mais transparência e fiscalização será possível esclarecer por que os cortes nos preços não se traduzem em combustível mais barato nas bombas.



DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99396-8937

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

MPF quer repactuação de concessão e revisão do modelo de pedágio na BR-364



Ação busca garantir transparência no processo regulatório, revisão das tarifas e reparação aos usuários da rodovia em Rondônia.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública com o objetivo de estabelecer o controle judicial sobre a concessão da BR-364 no estado de Rondônia. Na ação, o MPF requer que o processo regulatório e os atos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sejam submetidos à supervisão da Justiça Federal. O MPF pede que a concessão seja reavaliada de forma es-

trutural para garantir que o contrato observe os princípios da legalidade e da proteção dos usuários. A ação foi movida contra a ANTT, a concessionária Rodovia Nova 364 S.A. e a União.

O MPF pede à Justiça que determine um novo processo de repactuação da concessão, sob a ótica do interesse público e do equilíbrio econômico-financeiro. De acordo com a ação, a cobrança de pedágio deve estar vinculada à efetiva entrega das melhorias previstas, incluindo as obras de duplicação. O MPF também quer a revisão das tarifas para patamares compatíveis com a realidade socioeconômica local e a restituição de valores cobrados indevidamente.

O órgão requer, ainda, a suspensão do modelo de cobrança baseado no sistema free flow (fluxo livre) com os valores aprovados, que chegam a R\$ 37,00 em Cujubim (RO). A medida fundamenta-se na ausência de estudos técnicos

idôneos e de Análise de Impacto Regulatório (AIR) que justifiquem o custo e o modelo adotado. Entre os pedidos, o MPF solicita que a Justiça determine à ANTT a realização da AIR e de audiências públicas nos principais municípios afetados, além da apresentação de um estudo de viabilidade.

A atuação do MPF ocorre em um contexto no qual outras ações judiciais resultaram na suspensão temporária da cobrança da tarifa por meio de liminares. No entanto, a ação do MPF apresenta pedidos mais amplos e estruturantes, focados no controle do contrato e na correção definitiva de irregularidades no processo regulatório.

Com a ação, o MPF busca assegurar que a concessão da BR-364 seja conduzida em conformidade com o interesse público, garantindo segurança jurídica e transparência na relação entre o Poder Público, a concessionária e os usuários.

Deputado luizinho Goebel solicita viatura de resgate para Bombeiros de Colorado do Oeste



Indicação busca fortalecer a estrutura do Corpo de Bombeiros, ampliar a capacidade de resposta a emergências e garantir atendimento mais rápido e eficiente à população.

O deputado estadual Luizinho Goebel apresentou indicação ao Poder Executivo de Rondônia solicitando a aquisição de uma viatura operacional do tipo Unidade de Resgate para reforçar o atendimento do Corpo de Bombeiros Militar em Colorado do Oeste. A proposta, protocolada na Assembleia Legislativa em janeiro de 2026, é destinada ao 3º Subgrupamento de Bombeiros Militar, responsável por ocorrências de resgate, combate a incêndios, atendimento pré-hospitalar, acidentes de trânsito e emergências na região.

Segundo a indicação, a nova viatura é essencial para garantir mais agilidade no socorro às vítimas, reduzir o tempo de resposta e fortalecer a atuação dos bombeiros tanto em situações de emergência quanto em ações preventivas,

incluindo combate a incêndios florestais e apoio à segurança da população. A matéria será analisada pelo Governo do Estado.

A iniciativa busca ampliar a capacidade operacional da corporação e melhorar a integração com os serviços de saúde e demais forças de segurança.

Concurso da Assembleia Legislativa sofre mais uma alteração: confira

O concurso da Assembleia Legislativa de Rondônia sofreu mais uma alteração, a quarta após o processo ter sido deflagrado. De acordo com a mudança, a pontuação relativa a história e geografia de Rondônia, terá 1,5 pontos. Essas mudanças, publicadas na edição no último dia 29 do Diário Oficial, foram acrescentadas por meio dos itens 9.6.1.2 e 9.9.2.2 do edital.

O concurso da Assembleia Legislativa recebeu 35.820 inscrições, segundo informou a FGV, empresa vencedora do processo licitatório para realização do certame. O cargo mais concorrido é o de consultor legislativo. Segundo apurações, são 1.107 candidatos disputando uma vaga.

Na sequência está o cargo de assistente legislativo com 20.779 inscritos. Foram disponibilizadas 74 vagas disponibilizadas no concurso (são 280 candidatos disputando uma vaga.



Prédio da Assembleia Legislativa de Rondônia.

O cargo com menos disputado é para técnico em eletrônica. 35 pessoas se inscreveram para 1 vaga. Veja na íntegra a disputa para os demais cargos clicando aqui.

Provas objetivas e discursivas estão agendadas para o dia 8 de fevereiro de 2026. Os candidatos serão avaliados por meio de provas objetivas, que terão 70 ou 80 questões, dependendo do cargo.

Prefeitura de Parecis tem 60 dias para corrigir falhas na ordem de pagamentos e na transparência pública

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) reiterou determinações à Prefeitura de Parecis após verificar o cumprimento apenas parcial das medidas fixadas na análise das contas municipais referentes ao exercício financeiro de 2023. A decisão consta de ato monocrático proferido em janeiro de 2026 pelo conselheiro substituto Omar Pires Dias.

O processo trata do monitoramento das obrigações impostas

quando o Tribunal emitiu parecer prévio pela aprovação das contas, com exigências voltadas principalmente à observância da ordem cronológica de pagamentos a fornecedores e ao fortalecimento da transparência pública.

De acordo com o relatório técnico, foi considerada integralmente cumprida a determinação que exigia a edição e publicação de normativo sobre a regulamentação da ordem cronológica de pagamentos. No en-

tanto, outras exigências foram atendidas apenas parcialmente, como a implantação de controles efetivos de pagamentos, a fiscalização pelo controle interno e a ampliação das informações disponíveis no Portal da Transparência.

Diante das falhas remanescentes, o TCE-RO concedeu novo prazo de 60 dias para que a Prefeitura de Parecis comprove o atendimento integral das determinações. O Tribunal advertiu que o descumprimen-



Determinação do TCE-RO reitera exigências dos itens V e VI do Acórdão APL-TC 00205/24 e prevê aplicação de multa em caso de novo descumprimento.

to poderá resultar em sanções legais, embora tenha deixado de aplicar multa imediata

em razão da recente migração dos sistemas contábil e de transparência do município.

MPF aciona Unir na Justiça e pede indenização de R\$ 61 milhões por irregularidades nas cotas raciais

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Fundação Universidade Federal de Rondônia por irregularidades na aplicação da Lei de Cotas em concursos para o magistério superior realizados entre 2014 e 2024. Segundo o MPF, práticas administrativas adotadas pela instituição comprometeram a efetividade da legislação e resultaram na supressão de 58 vagas que deveriam ter sido reservadas a candidatos negros.

De acordo com a ação, a universidade utilizou procedimentos como o fracionamento de vagas por áreas de conhecimento e a realização de sorteios para limitar a aplicação das cotas apenas a determinadas vagas, em vez de considerar a totalidade das oportunidades oferecidas para o mesmo cargo. O MPF tam-

bém aponta a contabilização de candidatos aprovados na ampla concorrência como se fossem cotistas.

No período analisado, das 62 vagas que deveriam ser destinadas às cotas, apenas quatro foram efetivamente preenchidas por candidatos cotistas, conforme os dados apresentados na ação.

As apurações utilizaram informações de relatório elaborado pelo Observatório de Políticas Afirmativas Raciais da Universidade Federal do Vale do São Francisco, que analisou a efetividade das cotas na Unir e os impactos dessas falhas na comunidade negra.

O MPF também realizou, em fevereiro de 2025, uma reunião com representantes da Educafro Brasil e do Grupo Opará, que resultou na elaboração de uma nota técnica

sobre as falhas na implementação da Lei de Cotas na universidade.

A investigação teve início a partir de ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que recomendou atuação coordenada das unidades do MPF com a entidade Educafro Brasil para replicar, em âmbito nacional, estratégia jurídica considerada exitosa. Como referência, a ação cita acordo firmado pelo MPF em Sergipe para corrigir falhas no sistema de cotas em concursos docentes da Universidade Federal de Sergipe, homologado judicialmente.

Para reparar os danos identificados, o MPF requer à Justiça Federal que a Unir seja obrigada a criar um Banco Fixo de Reserva de Vagas para recompor as 58 vagas suprimidas, além da adoção de outras



A universidade utilizou procedimentos como o fracionamento de vagas por áreas de conhecimento e a realização de sorteios para limitar a aplicação das cotas apenas a determinadas vagas, em vez de considerar a totalidade das oportunidades oferecidas para o mesmo cargo.

medidas voltadas ao aperfeiçoamento do sistema de cotas. O órgão sustenta que a aplicação correta do percentual de reserva deve incidir sobre a totalidade das vagas ofertadas, de forma a evitar novas restrições administrativas às ações afirmativas.

A ação também

pede a condenação da universidade ao pagamento de indenizações por danos materiais no valor de R\$ 51 milhões, referentes a salários que deixaram de circular na comunidade negra, além de R\$ 10 milhões por danos morais coletivos, atribuídos à discriminação institucional apontada pelo MPF.



É fake news que Assembleia Legislativa perdoa dívidas da Energisa



Projeto aprovado trata de regras gerais, não de perdão de dívida; entenda

Várias publicações com fake news vêm sendo divulgadas nos últimos dias ao atribuir aos deputados estaduais a aprovação de um suposto perdão de dívida no valor de R\$ 2 bilhões em favor da empresa Energisa. A Assembleia Legislativa de Rondônia esclarece que nenhum projeto de lei que trate de dívida específica de empresa foi aprovado pelo Parlamento.

O que foi votado e aprovado pelos deputados foi o Projeto de Lei 1243/25, encaminhado pelo Poder Executivo, que estabelece regras gerais para a realização de transações em litígios envolvendo créditos tributários e não tributários do Estado, sem qualquer menção a empresa específica. A definição de critérios, valores, condições e eventual aceitação dessas transações cabe exclusivamente ao Governo do Estado.

Na mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, o governador destacou que o projeto tem como finalidade possibilitar a aplicação da transação resolutiva de litígios relacionados a débitos

inscritos em dívida ativa, criando mecanismos e condições para que o Estado, suas autarquias, fundações e estatais dependentes, representados pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), possam celebrar acordos com devedores.

As fake news divulgadas nas redes sociais insistem em atribuir ao Parlamento responsabilidade por suposto perdão de dívidas, com clara intenção de desgastar a imagem da Casa de Leis, que apenas cumpriu sua atribuição constitucional de analisar e votar uma proposta voltada à melhoria da eficiência da cobrança da dívida ativa estadual.

Advogado rechaça fake news

A repercussão do tema, em meio a ataques e à disseminação de fake news em ano eleitoral, levou nesta quarta-feira (4) o advogado e ex-juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Juacy dos Santos Loura Júnior, a se manifestar publicamente sobre o assunto.

Em entrevista à rádio Jovem Pan, na qual foram debatidos os impactos da dissemi-

nação de fake news no contexto das eleições de 2026, o jurista afirmou não possuir procuração de deputados estaduais e não atuar na defesa da empresa Energisa. Segundo ele, sua manifestação ocorre exclusivamente na condição de professor universitário e cidadão, motivado pela responsabilidade com a informação correta e o esclarecimento da sociedade.

Juacy explicou que não existe perdão de dívida tributária nos termos das fake news que vêm sendo divulgadas. Ele destacou que o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal contém vedação expressa à renúncia de receita. “O que houve foi uma compensação tributária, prevista no Código Tributário Nacional e encaminhada à Assembleia pelo Poder Executivo”, esclareceu.

O jurista afirmou ainda que a compensação tributária permite o ajuste entre créditos e débitos antigos, reconhecidos judicialmente, desde que atendidos requisitos legais específicos. Ele reforçou que o Projeto de Lei nº 43/2025 foi encaminhado pelo Governo de Rondônia e apenas analisado e votado pela Assembleia Legislativa, não cabendo ao Parlamento conceder anistia ou perdão de dívidas tributárias.

Ao final, Juacy alertou para o uso político de fake news, especialmente em período pré-eleitoral. “As fake news se espalham com rapidez e podem induzir a população ao erro.

Porto Velho recebe carretas de saúde com serviços de oftalmologia gratuitos



Porto Velho passou a contar, a partir de segunda-feira (2), com carretas equipadas para atendimentos oftalmológicos, por meio do programa Agora Tem Especialistas, ampliando o acesso da população a consultas, exames e cirurgias de catarata pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Serão ofertadas, diariamente, até 150 consultas e 100 cirurgias. Os atendimentos acontecem no Parque da Cidade, em Porto Velho, e seguem até o dia 13 de março.

A iniciativa atende pacientes que aguardavam na fila de regulação e concentra, em unidades móveis, desde a consulta médica até a realização dos procedimentos cirúrgicos, com estrutura composta por consultórios, central de material esterilizado, centro cirúrgico e farmácia para dispensação de medicamentos. As unidades móveis contam com estrutura completa, composta por consultórios, central de material esterilizado, centro cirúrgico e farmácia para a dispensação de medicamentos, garantindo segurança, agilidade e qualidade no atendimento aos usuários do SUS.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a integração entre o governo do estado, governo federal e município é essencial para a ampliação do acesso aos serviços de saúde especializados. “Essa atuação conjunta permite reduzir filas e garantir atendimento oftalmológico à população, assegurando mais dignidade e cuidado aos pacientes”, salientou.

Iniciativa concentra, em unidades móveis, desde a consulta médica até a realização dos procedimentos cirúrgicos

O titular da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), Jefferson Rocha, ressaltou que a iniciativa fortalece a rede pública e contribui para a resolutividade dos atendimentos. “As unidades móveis possibilitam a realização de consultas, exames e cirurgias no mesmo espaço, otimizando o fluxo de atendimento e ampliando o acesso da população aos serviços oftalmológicos pelo SUS.”

Quem atua na comunidade precisa ter responsabilidade”, afirmou.

OAB Rondônia garante medidas cautelares para proteger advogada ameaçada durante exercício profissional



A atuação foi conduzida sob a liderança da presidente da Comissão, Vanessa Michele Esber Serrate, após a advogada relatar episódios reiterados de intimidação.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rondônia, por meio da Comissão de Defesa das Prerrogativas, atuou de forma imediata e decisiva para garantir a segurança e o livre exercício profissional de uma advogada que vinha sofrendo ameaças em razão da cobrança de honorários advocatícios.

A atuação foi conduzida sob a liderança da presidente da Comissão, Vanessa Michele Esber Serrate, após a advogada relatar episódios reiterados de intimidação, inclusive

com comparecimento do representado ao escritório profissional acompanhado de terceiros, causando pânico, constrangimento e impedimento do funcionamento regular da atividade advocatícia.

Na tarde de ontem, diante da gravidade da situação e da presença do agressor no local, a presidente da Comissão, Vanessa Esber, esteve pessoalmente no escritório da advogada, acompanhando a atuação policial e prestando suporte institucional direto à profissional, garantindo segurança imediata

e reafirmando o compromisso da OAB Rondônia com a proteção das prerrogativas e da integridade da advocacia.

Diante do risco iminente à integridade física e psicológica da advogada e de seus familiares, a OAB Rondônia apresentou representação criminal em regime de plantão, acompanhando pessoalmente o caso e adotando todas as providências institucionais cabíveis.

Em decisão proferida no dia 3 de fevereiro de 2026, durante

o plantão judicial, a 2ª Vara de Garantias de Porto Velho reconheceu a urgência do caso e deferiu medidas cautelares diversas da prisão, determinando, entre outros pontos, a proibição de qualquer tipo de contato do representado com a advogada e seus genitores, bem como a proibição de aproximação de sua residência e do escritório profissional, fixando distância mínima de 200 metros.

Na decisão, o juízo destacou a escalada de risco, a reiteração das condutas ameaçadoras e a afetação direta do exercício da advocacia, ressaltando a presença dos requisitos legais para a concessão das medidas cautelares, com fundamento nos artigos 282 e 319 do Código de Processo Penal.

Para a presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas, Vanessa Esber, o caso reforça o papel essencial da atuação insti-

tucional. “A advocacia não pode e não será intimidada. Sempre que um advogado ou advogada tiver suas prerrogativas violadas ou sua segurança ameaçada, a OAB Rondônia estará presente, com ação rápida, firme e responsável”, afirmou.

A OAB Rondônia reafirma que honorários advocatícios não são favor, são direito, e que qualquer tentativa de coação, ameaça ou constrangimento contra advogados no exercício da profissão será enfrentada com rigor institucional, jurídico e, quando necessário, com atuação direta junto ao Poder Judiciário e às forças de segurança.

A Comissão de Defesa das Prerrogativas permanece à disposição da advocacia rondoniense, reforçando que a proteção das prerrogativas é condição essencial para a defesa da cidadania e do Estado Democrático de Direito.

Motorista é encontrado desacordado após colisão BR-364

No final da tarde desta terça-feira (3), um acidente de grandes proporções chamou a atenção de quem trafegava pela BR-364, na entrada de Ji-Paraná, no quilômetro 5, sentido Ouro Preto do Oeste–Ji-Paraná.

De acordo com informações apuradas no local, dois veículos seguiam em direção ao centro da cidade quando ocorreu a colisão. Um Chevrolet Onix, de cor vermelha, atingiu violentamente a traseira de um Chevrolet

Prisma. Com o impacto, o Prisma foi empurrado por cerca de 200 metros, sendo lançado para fora da pista.

Os dois veículos acabaram caindo na vala existente entre a BR-364 e a via Marginal. O Prisma, que teve a traseira totalmente destruída, desceu a vala e ainda subiu do outro lado, parando rente à Marginal. Já o Onix ficou imobilizado dentro da vala.

Não foram observadas marcas de fre-

nagem do Onix, o que levanta a suspeita de que o condutor possa ter sofrido um mal súbito. O motorista do Onix foi encontrado desacordado logo após o acidente, reforçando a hipótese de que ele tenha desmaiado ao volante no momento da colisão.

O condutor do Prisma reclamava de fortes dores, mas, apesar do susto e da violência do impacto, não apresentava ferimentos aparentes. Ambos os motoristas foram so-



A suspeita é de que o condutor possa ter sofrido um mal súbito.

corridos por equipes do Samu e encaminhados ao Hospital Municipal de Ji-Paraná.

A Polícia Rodoviária Federal foi aciona-

da para apurar os fatos e realizar o registro do sinistro. As circunstâncias exatas do acidente ainda serão investigadas.

Justiça de Rondônia mantém prisão de piloto investigado por tráfico de drogas e organização criminosa

Os julgadores da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Rondônia negaram o pedido de revogação de prisão de um aviador, preso preventivamente e, apontado em investigação da Polícia Federal (PF) como piloto de uma organização criminosa voltada para o tráfico de drogas. A investigação da PF apontou que o grupo atuava nos estados de Rondônia, Amazonas e Roraima.

Consta na decisão colegiada que exis-

tem indícios em mais de vinte elementos de prova, produzidos pela Polícia Federal, de que o grupo utilizava aeronaves particulares de pequeno porte para a prática criminosa, inclusive em pousos clandestinos.

Segundo a decisão da 2ª Câmara Criminal, membros do grupo foram abordados pela PF nos anos de 2022 e 2024 com carregamento de entorpecentes. Em 2022, um dos membros foi preso em flagrante com 430 kg de drogas. Já o piloto,

que entrou com o pedido de Habeas Corpus (HC), foi alvo de uma operação da PF em Roraima, também em 2022, na qual foi apontado como “integrante de um grupo criminoso envolvido com o tráfico de drogas no gabinete de um vereador da cidade de Boa Vista/RR”.

Para o relator, desembargador José Jorge Ribeiro da Luz, diante dos fortes indícios e da decisão fundamentada do juízo de 1º grau, “deve ser mantida a prisão pre-



A investigação da PF apontou que o grupo atuava nos estados de Rondônia, Amazonas e Roraima.

ventiva do paciente (acusado), pois realizada em harmonia com a legislação processual penal e sem ofensas às garantias constitucionais previstas”.

O Habeas Corpus foi julgado durante

sessão eletrônica realizada entre os dias 26 e 30 de janeiro de 2026. Participaram do julgamento os desembargadores José Jorge Ribeiro da Luz (relator), Álvaro Kalix Ferro e Adolfo Theodoro Naujorks Neto.

Ônibus coletivo é atingido por carreta e deixa feridos na Jorge Teixeira, em Porto Velho

O final da manhã desta quarta-feira (04) foi marcado por cenas de tensão e desespero na Avenida Jorge Teixeira (BR-319), nas proximidades da Rua Pio XII, no bairro Liberdade, em Porto Velho. Um grave acidente envolvendo um ônibus do transporte coletivo e uma carreta mobilizou equipes de resgate e assustou quem passava pelo local.

De acordo com as informações apuradas, o ônibus seguia pela Jorge Teixeira no sen-

tido do viaduto do antigo Trevo do Roque. No momento em que o motorista acessava a área destinada ao embarque e desembarque de passageiros, a traseira esquerda do veículo foi violentamente atingida pela segunda carreta de um caminhão que trafegava no mesmo sentido da via.

O impacto foi forte o suficiente para causar danos significativos em ambos os veículos e transformar o interior do ônibus em um cenário de pânico.

Aproximadamente seis passageiros ficaram feridos e precisaram ser socorridos ao hospital. Entre as vítimas, uma senhora apresentava sangramento no rosto e suspeita de fratura no braço direito. Outra mulher, com ferimentos na cabeça, foi amparada inicialmente por populares que presenciaram o acidente.

Quatro ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e uma viatura do Corpo de Bombeiros estive-



ram no local para prestar atendimento às vítimas.

Duas equipes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) também foram acionadas para registrar a ocorrência e controlar o tráfego na região.

O motorista da carreta informou à reportagem que havia acabado de descarregar uma carga de soja no porto e seguia viagem em direção ao interior do estado, onde faria um novo carregamento.

Polícia Civil prende suspeito de homicídio qualificado em operação

Na manhã desta quarta-feira (04), a Polícia Civil do Estado de Rondônia deflagrou, a OPERAÇÃO OTHELLO, que resultou na prisão do principal suspeito do homicídio qualificado que vitimou o empresário G. R. D. C., crime ocorrido no último domingo (01), no município de Alvorada D'Oeste.

A ação foi conduzida pela Polícia Civil de Rondônia, por meio da Delegacia de Polícia Civil de Alvorada D'Oeste, com apoio da Polícia Civil de Cacoal, e teve como objetivo o cumprimento de dois mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão temporária, expedidos em desfavor do suspeito, apontado como autor

do crime.

Conforme apurado, o homicídio teria sido motivado por razões passionais. A vítima, segundo as investigações, mantinha relacionamento amoroso com a ex-companheira do suspeito, circunstância que, mesmo diante do fato de o investigado já se encontrar envolvido em

outra relação afetiva, teria desencadeado a conduta criminosa.

O nome da operação, OTHELLO, faz alusão ao ciúme patológico, que, conforme indicam os elementos investigativos, teria sido o fator determinante para a prática do crime, em referência à tragédia clássica de

William Shakespeare, cujo enredo retrata as consequências destrutivas desse tipo de sentimento.

A Polícia Civil de Rondônia segue firme no enfrentamento aos crimes violentos, atuando com responsabilidade, agilidade e compromisso com a segurança da população.

Vilhena sedia Copa Master 40+ de Voleibol com apoio da Secretaria de Esportes

Organizada pelo desportista Amarildo dos Santos e realizada com apoio da Prefeitura de Vilhena, por meio da Secretaria Municipal de Esportes (Semes), acontece neste final de semana, dias 07 e 08, a Copa Master Vilhena 40+ de Voleibol.

A competição terá como sede o Ginásio Geraldão, na Zona Leste de Vilhena, e reunirá atletas veteranos de diversas cidades rondonienses, incluindo equipes de Porto Velho, Ji-Paraná e Presidente Médici. Conforme a organização, oito equipes já confirmaram partici-

pação, cinco delas na categoria masculina, e três na feminina. Os jogos começam no sábado, 07, a partir das 08h e seguem ao longo do final de semana.

Para o secretário municipal de Esportes, Silmar de Freitas, o fomento à Copa Master reforça o compromisso da gestão com o bem-estar da população em todas as faixas etárias. “O apoio da Semes em iniciativas como esta ocorre por entendermos que o esporte é um instrumento fundamental de integração social, saúde e qualidade de vida para todas as idades”, pontuou o secretário.



Competição reúne atletas veteranos de várias cidades de Rondônia neste fim de semana, no Ginásio Geraldão.

O organizador do evento, Amarildo dos Santos, destaca que a expectativa para esta edição é alta. “Este evento é uma cele-

bração do voleibol, da amizade e da longevidade esportiva. É uma satisfação reunir atletas que contribu-

íram historicamente para o crescimento e a popularização da modalidade em Vilhena e em todo o Estado”, afirmou.

Centros de Treinamento de Desporto Escolar transformam trajetórias de estudantes no esporte e na educação



Os Centros de Treinamento de Desporto Escolar se consolidaram como uma política pública eficiente, com resultados expressivos dentro e fora do estado.

A política de esporte escolar desenvolvida pelo governo de Rondônia vem apresentando resultados concretos na formação de estudantes-atletas da rede pública estadual. As ações são coordenadas pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), por meio dos Centros de

Treinamento de Desporto Escolar (CTDE – Time Rondônia), que integram educação e prática esportiva.

Entre os exemplos de sucesso estão as estudantes Amanda Camurça, de 15 anos, e Victoria Barbosa, de 18. Formadas nos CTDEs, ambas con-

quistaram bolsas esportivas e educacionais. Amanda, atleta de handebol, assinou contrato de produtividade para atuar em equipe juvenil de Maringá e recebeu bolsa de estudos em Porto Velho. Já Victoria, destaque no futsal, garantiu bolsa integral em curso superior de Educação Física e passou a defender equipe universitária em competições nacionais.

O governador Marcos Rocha destacou o esporte como ferramenta de transformação social e educacional, ressaltando que os CTDEs ampliam oportunidades, incentivam a permanência na escola e revelam

talentos. A secretária de Educação, Albaniza Oliveira, reforçou que o programa é estratégico por garantir acompanhamento pedagógico, estrutura adequada e valorização dos professores de Educação Física.

Gestores e treinadores avaliam os CTDEs como uma política pública de excelência, com histórico de conquististas em competições nacionais e internacionais. Segundo eles, o projeto permite uma formação esportiva contínua, planejada e alinhada ao desempenho escolar, contribuindo também para o desenvolvimento humano dos estudantes.

Instituídos por

lei estadual, os Centros de Treinamento de Desporto Escolar oferecem suporte financeiro, material esportivo e condições de trabalho aos professores, por meio de programas específicos da Seduc. Atualmente, Rondônia conta com 17 CTDEs distribuídos em diferentes regiões do estado, consolidando o esporte escolar como instrumento de inclusão e desenvolvimento educacional.

A iniciativa reforça o compromisso do governo de Rondônia com a educação integral, utilizando o esporte como instrumento de inclusão social, descoberta de talentos futuro para os jovens da rede pública.